

# Evasão: professor mal pago e aluno mal alimentado

Eliminar a pobreza e a subnutrição e recuperar a carreira de professor foram as questões apontadas no debate sobre a Universalização da Educação Básica como principais para conter a evasão escolar. O fluxo do aluno ao Primeiro Grau foi definido como dramático, diante dos seguintes dados: dez por cento das crianças de sete anos estão fora da escola; as que entram na 1ª série permanecem nela, em média, de um a três anos; mais da metade repete a 5ª série e só metade dos que começaram o Primeiro Grau chega à 8ª série. Por isso, concluíram os debatedores, o direito à educação gratuita deve ser garantido pela Constituinte na prática, ou seja, não só oferecendo vagas para todos, mas assegurando à população carente condições de estudar.

O aviltamento geral dos salários, principalmente os dos professores das redes públicas municipais, acarreta "um processo acentuado de seleção negativa do professor", afirma o relatório feito pelos participantes do debate. Para alterar esse quadro, é necessário que o professor se organize politicamente; que se estabeleça planos de carreira adequados às realidades regionais; que passem a funcionar os cursos de reciclagem e que haja sistemas de avaliação práticos e adequados à realidade do magistério. "O mais importante", diz o relatório, "é que seja aprofundado e consolidado o conteúdo das disciplinas".

Discutiu-se ainda questões como a do livro didático — que deve se voltar mais para o conteúdo e até ser elaborado em conjunto com a escola e o professor — e a dos currículos, que, segundo os participantes do debate, são destituídos de conteúdo e de objetivos e geram insegurança devido a seu clima experimental. Também definiu-se propostas para a revitalização do ensino supletivo e da municipalização da educação em geral, aliviando a carga burocrática decorrente de exigências vindas de longe. O que custa "três" quando realizado a nível da União, custará "dois" se realizado a nível de Estado e "um", se a nível de Município, conclui o relatório.

**Pedro Demo** — A absorção da população em faixa escolar na educação básica já não é hoje um objetivo tão distante. Só dez por cento das crianças de sete anos não estão na escola. E claro que dez por cento de 3,5 milhões é muita gente, mas de qualquer maneira já não é aquela situação em que grande parte não entra. O que nós temos como problema principal é certamente a questão da qualidade. Em média, cada criança que entra no Primeiro Grau fica dois anos na 1ª série, sendo que no Nordeste chega facilmente a três. Por isso precisamos ter tudo triplicado: três vezes mais professores, três vezes mais salas, três vezes mais merenda, três vezes mais livros didáticos e assim por diante. Outro gargalo é a 5ª série, uma herança muito difícil da escola rural, que geralmente tem quatro séries. A criança que quer continuar vai para uma 5ª série em outro lugar, começando assim um novo vestibular oculto. As vezes, a repetência na 5ª série chega a ser muito maior que na 1ª.

Difícilmente conseguiremos alfabetizar o adulto. Por isso, devemos tentar erradicar o analfabetismo dando um bom Primeiro Grau a todas as crianças. Eu participo da opinião de que o Primeiro Grau deve ser uni-

versalizado e incondicionalmente gratuito. Isso não impede a iniciativa privada, que pode até administrar uma escola pública. Para fazer a 1ª série, primeiro é preciso se alfabetizar, ou não haverá igualdade de oportunidades. Então, a questão de cidadania e de direito fica realmente confusa. Talvez fosse até possível, dentro dos problemas prementes do País, reduzir a educação básica fundamentalmente ao Primeiro Grau. Não que eu ache o Pré-Escolar ou o Segundo Grau menos importantes, mas há um cerne que seria o Primeiro Grau. E este eu defenderia com certa intransigência.

Metade da questão decorre da pobreza brasileira, mas aquilo que cabe à educação nós deveríamos saber resolver. Por exemplo, colocar um livro didático de qualidade, fazer uma escola que se sustente, que se mantenha, ter professores que sejam a expressão da cidadania, e não uma anti-profissão. Eu penso que os dados revelam escancaradamente que é uma condenação histórica ser professor de Primeiro Grau neste país. Ser professor de Primeiro Grau tem que ser não só uma honra, mas também um modo honesto de vida, de viver bem na sociedade.

A Constituinte deve primeiro rever os limites de idade. Seria de boa prudência alargar a faixa, por exemplo, para de cinco a 14 anos, tornando o ensino obrigatório também dois anos antes do Primeiro Grau, a título de Pré-Escolar ou qualquer coisa do gênero. Os pré-escolaristas têm suas objeções a isto porque eles acham que o Pré-Escolar tem função em si e não deve ser atrelado ao Primeiro Grau. Com todo respeito a eles, o mais visível do pré-escolar é exatamente como ele tem um efeito benéfico para quem depois faz o Primeiro Grau. Seria um peso a mais para o Estado, mas absolutamente importante, cuidar que a criança entre no Primeiro Grau em condições mais assemelhadas de igualdade.

Em segundo lugar, penso que é preciso rever a questão federalista. É uma constatação simples a de que os Estados que mais municipalizaram mais para trás ficaram. Os Estados que mais estadualizaram a educação, por exemplo Santa Catarina, que eu conheço bem, estão mais à



**'O começo da educação não se define por faixa de idade. A criança aprende logo que nasce'**

DELLA GIUSTINA, Chefe de Gabinete do MEC

frente em educação básica. Por quê? É simples: a grande maioria dos municípios são ficções econômicas, não têm condição nenhuma de auto-sustentação. Então, se nós relegamos a educação ao Município sem lhe garantir os recursos necessários, nós abandonamos a educação.



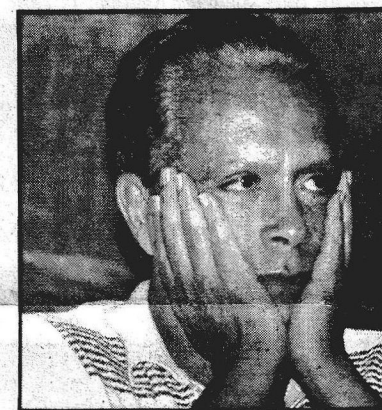
**Mais da metade dos que chegam à 5ª série repete o ano e só a metade dos que começaram chega à 8ª série. Por isso não basta dar vagas a todos, é preciso dar-lhes condições para estudar**

**Álvaro Valle** — A impressão que tenho, sinceramente, quando falamos em escola básica no Brasil, é que nós vivemos num monumental jogo de faz-de-conta. Discutimos muitas coisas teóricas, muita filosofia da educação, muitas experiências e des-cemos muito pouco ao concreto. No Pré-Escolar eu acredito estar um dos problemas mais sérios para a democratização da escola brasileira. Não há sentido em termos o pré-primário ou pré-escolar (se assim o quiserem chamar) apenas para crianças socialmente favorecidas, como é atualmente. Uma criança socialmente favorecida tem o maternal, tem o pré-primário, tem tudo isso. Essa criança normalmente está alfabetizada aos seis anos de idade. Se não estiver aos sete anos, certamente ela se alfabetiza em dois meses no máximo. Independente de escolas, ela tem o pai que compra jogos educativos, a mãe que a ensina a ler. Ela já entra na alfabetização preparada. Uma criança que venha de uma favela, quando chega aos sete anos numa escola é apresentada ao lápis pela primeira vez. Então, essa criança vai levar de um a dois anos para ser alfabetizada.

Há uma coisa muito concreta: um mais um é igual a dois, o sol nasce ao Leste e se põe a Oeste. Isso não depende de votação. Não adianta nós discutirmos onde é que o sol vai nascer. Há informações que precisam ser transmitidas e existe uma metodologia, existem estudos pedagógicos que nos indiquem em que faixa etária isso terá que ser ensinada. Eu ainda acredito — e essa é a tendência no nosso tempo — que nós temos que democratizar a escola a nível de debate, a nível de crítica, mas há elementos, há conteúdos específicos que devem ser transmitidos, ou seja, a escola precisa de programas. Evidentemente, programas que serão flexíveis. Não vamos ensinar a uma

criança de Natal o que se ensina a uma criança do interior de Minas ou a uma da Zona Sul do Rio de Janeiro. Terão realidades diferentes e muitos conteúdos poderão ser acrescentados.

Nós criamos esse jogo do faz-de-conta. O Conselho Federal de Educação no seu parecer básico, com três linhas, indicou aqueles grandes tópicos: comunicação e expressão, estudos sociais. Os Conselhos Estaduais, por intermédio de laboratórios de



**'A professora não sabe o que ensinar à criança e a diretora não sabe o que cobrar da professora'**

ÁLVARO VALLE, Deputado Federal

currículos — outra fantasia da educação brasileira, muitas vezes constituídos de professores e professoras com a maior boa vontade mas sem experiência, muitos nunca estiveram numa sala de aula —, querem passar suas fantasias para a realidade. Fim objetivos absolutamente genéri-

cos; estes descem à sala de aula para que a professora faça essa outra fantasia, que é o currículo pleno: a educação permanente entre educador e educando — há versos, poemas alexandrinos sobre currículos.

Na realidade a professora não recebe salário para isso, não está preparada para isso, além de o próprio currículo ser uma fantasia. Mas admitamos que não fosse. Sem preparo, a professora acaba transformando o currículo em índice do livro didático adotado. Ou então, no momento em que ela não tem conhecimento daquilo, não percebendo os conteúdos que deve transmitir, não saberá o que ensinar e começará a levar os alunos para ver uma fábrica qualquer, mais não sei o quê, esvaziando-se toda a qualidade. Assim, nós geramos, o que me parece também extremamente grave, uma profunda indisciplina do sistema. A professora não sabe o que ensinar à criança, a diretora não sabe o que cobrar da professora, o pai não sabe o que deve cobrar de seu filho. Em suma, é a indisciplina em seu pior sentido, em nome da democracia, em nome de um amplo debate. Não há por que debater com crianças de 14 ou 15 anos, ou 13 ou 11 o que elas devem aprender. Elas têm que aprender aquilo que precisam aprender e que pessoas mais experientes sabem que elas devem aprender, e pronto.

Finalmente chegamos ao problema do magistério. Não adianta ficarmos discutindo estratosféricamente democracia e educação ou coisa parecida enquanto não cuidarmos, e muito urgentemente, de reciclagem no magistério. Vamos parar de fazer cursos de pedagogia, cursos de técnica de avaliação, de técnicas de recuperação, todo o mundo sabe que nada disso está funcionando. Recuperação paralela nunca existiu no Brasil. Acabaram com a segunda época e fizeram uma recuperação paralela que nunca funcionou. Processos de avaliação são copiados de escolas dos Estados Unidos, onde se reúne um conselho de classe para discutir, teoricamente, aquilo que o jovem, dentro da teoria curricular, foi capaz de aprender ou retirar das prateleiras do conhecimento. Aqui, o que acontece? Uma professora que dá aula para turmas de 50 alunos em quatro escolas diferentes não conhece nenhum daqueles alunos. É perfeitamente incapaz de fazer uma avaliação teórica do conselho de classe. Isso não é brincadeira! Os métodos objetivos de avaliação são substituídos por isso.

**Della Giustina** — Primeiro, permeia no debate toda a necessidade de que a Constituição efetivamente seja integrada, quer dizer, temos que ter uma concepção global de qual sociedade queremos ter para que as coisas setorialmente funcionem. Se ela é centralizada, se é de um poder só ou se é descentralizada, vindo de baixo para cima.

A questão de definir a validade dos pré-escolares e o enquadramento da faixa de idade para educação obrigatória são conceitos muito ligados à sociedade estática do passado e muito pouco aplicáveis à sociedade dinâmica em que vivemos. Acho que o direito é da educação básica. Acredito que educação básica, isto é, fundamental, necessária à integração do homem na sociedade e seu desenvolvimento como pessoa, cada vez menos depende de faixa, estende-se para baixo. Não é a educação pré-escolar que é mais importante, é a educação que é mais importante

desde seu início, porque a criança está recebendo a massa de informação aos dois anos, aos três anos.

**Leandro Rossa** — Quando se fala em tecnologia avançada, corre-se o risco de repetir o que ocorreu com a pedagogia. Tínhamos uma caminhada em nível da Educação e, com a idéia de introduzir o que havia de mais avançado em pedagogia, acabamos estragando o que tínhamos. Então, quando se fala em tecnologia avançada, precisa-se realmente ver quais são os setores dessa tecnologia avançada que interessam ao povo brasileiro. Os constituintes devem prestar uma atenção muito grande quando legislarem a respeito disso, a fim de que essa tecnologia sirva ao povo brasileiro e não a um mercado internacional de potências interessadas em manipular nossa Nação. Outra questão é a alfabetização, que não deve limitar-se a conhecer as letras. A pessoa deve ser alfabetizada na convivência social brasileira. Os conteúdos vêm de fora e não em cima da cultura brasileira.

**O GLOBO** — O esvaziamento curricular está ligado a uma política determinada do Governo de abandonar o objetivo fundamental da escola, que é justamente dar ao aluno condições de pensar, questionar, escolher. A retomada desses conceitos não estaria ligada intimamente ao perfil do cidadão que o País quer formar? O País quer um cidadão pensante, questionador e que faça suas escolhas?

**Álvaro Valle** — Ai é que está o problema. Acho que o País não tem que querer modelo nenhum de cida-



**'A tecnologia a ser introduzida deve servir ao povo brasileiro, e não às grandes potências'**

LEANDRO ROSSA, das Escolas Católicas

dão. Eu tenho o direito, por exemplo, de ser analfabeto. Cada um deve ter, rigorosamente, o direito de ser aquilo que quiser, desde que não contrarie o direito alheio, as normas da natureza. Evidente que não sou livre para pular aqui, sair voando para a praia porque não tenho asas. Ou seja, somos limitados, somos emoldurados por aquilo que a natureza nos impôs, a ética nos explica quais são essas limitações. O Estado não pode pretender nos moldar. O que acredito que a Educação venha a me dar são os instrumentos. E a escola, especificamente, nos tem de transmitir aqueles conhecimentos que foram acumulados por gerações anteriores. Vamos recebê-los, vamos tentar aumentar o patrimônio de informações, passar para gerações seguintes tais informações. Se houver recebido os conceitos honestamente, vou ter amanhã até o direito de recusá-los.